

UM NOVO PARADIGMA: DEMOCRACIA E REDES SOCIAIS - O FENÔMENO DAS REDES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DE FRATERNIDADE

Ronaldo Miguel da Silva¹

RESUMO: Presente na história humana desde épocas mais remotas, a fraternidade foi adquirindo sentido universal, chegando à época moderna como um princípio politológico. No entanto, suplanta esse aspecto em um significado mais amplo, de revelar a todo homem e a toda mulher de todos os tempos a concepção do bem e da verdade, numa dependência pró-verdadeira das relações interpessoais. Nesse sentido, introduz-se o tema da teoria das redes que, em sua forma mais positiva, é a ciência, cuja prática metodológica tem se tornado um modo de inclusão no mundo multiculturalista, de mobilização universal e de aprimoração do senso comum. Dessa maneira, este ensaio pretende articular comunicação e política sondando, desde então, a possibilidade do fenômeno das redes sociais como vetor de fraternização.

Palavras-chave: Fraternidade. Redes Sociais. Política. Capital Social.

RESUMEN: Presente en la historia humana desde épocas más remotas, la fraternidad fue adquiriendo sentido universal, hasta la época moderna como un principio politológico. Sin embargo, suplanta este aspecto, en un significado más amplio, al revelar a todo hombre y a toda mujer de todos los tiempos, la concepción del bien y de la verdad, en una dependencia pro-verdadera de las relaciones interpersonales. En tal sentido, se introduce el tema de la teoría de las redes que, en su forma más positiva, es la ciencia, cuya práctica metodológica se ha tornado un modo de inclusión en el mundo multiculturalista, de movilización universal y de perfeccionamiento del sentido común. De esta manera, este ensayo pretende articular *comunicación* y *política* sondeando, a partir de este entonces, la posibilidad del fenómeno de las redes sociales como vector de fraternización.

Palabras claves: Fraternidad Redes Sociales. Política. Capital Social.

1 Doutorando em Filosofia Analítica – Epistemologia Social: O Papel do Testemunho como Fonte de Conhecimento e Justificação – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS. Atualmente em missão de estudos doutoral na Universidade Nacional de Montevideo – UDELAR.

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em uma época demarcada por uma comunicação de estilo universalizante e de um forte potencial de oportunidades, criando expectativas, modificando comportamentos, podando obstáculos e influenciando todas as áreas humanas. As redes sociais despontam como novo modelo comunicativo com pretensa força de reconstituir aquele tecido vivo de relações interpessoais, a ponto de superar as intrapostas fronteiras nacionalistas, os entraves da burocracia, os limites socioeconômicos e político-culturais e os perigosos fundamentalismos religiosos.

A comunicação contemporânea tem se mostrado mais exigente e orientada para o acordo, tendendo à cooperação no âmbito dos comportamentos sociais. Sua dinâmica interna é guiada por um conjunto de incentivo e pela comum compreensão dos graus e das modalidades de cooperação exigidos por um novo processo. É um processo de forte estímulo de iniciativas técnicas e humanas que se retroalimentam e sobrevivem da ampla reciprocidade, do pertencimento recíproco, decorrente da referência a um quadro de critérios comuns.

Participam das redes sociais cidadãos de diversas competências profissionais e culturais, além de diferentes *status* econômico e social. Na busca por novas formas de comunicação em rede, capazes de interligar arenas políticas cada vez mais descentralizadas e complexas, inauguram-se novos debates sobre a sociabilidade. Uma vez que o cidadão, enquanto tal, é o mais habilitado a participar do diálogo, prescindindo de laços específicos de pertencimento, esse novo fenômeno tem favorecido a propiciação de instrumentais que tornam um maior número de sujeitos habilitados a se expressar. Nesse novo cenário político e social desponta a ideia de fraternidade em referência aos conceitos de comunicação e identidade, uma vez que a fraternidade universal passa necessariamente pela comunicação universal. A questão da identidade constitui, inclusive, o elo estrutural entre a teoria da comunicação e a teoria política. É importante, pois, a referência à dinâmica da comunicação no processo de interpretação das regras de cooperação internacional. Entre os vários fatores de mudança, a ciência das redes analisa, cada vez mais atentamente, o papel da comunicação mediada nos processos de fraternização, levando em consideração suas diferentes expressões e contribuições. As redes são um fenômeno de comunicação universal que focaliza um tipo de comunicação mediada, que ensaia um tipo de identidade coletiva e que inaugura um novo núcleo normativo social, constituindo-se como uma dimensão sumamente eficiente na interação social. Mais que qualquer outra coisa, o fenômeno das redes tem despontado como um movimento otimizador da comunicabilidade e da interação social e, nesse sentido, como um instrumental de fraternização.

O fenômeno das redes parece inaugurar uma teoria epistemológica avançada. Ele está ancorado na ideia de uma necessária correspondência entre informação, realidade e conhecimento. Esse fenômeno comunicativo tem utilizado uma linguística capaz de manifestar o mundo que, por sua vez, exige ter os contornos do real, e dele não estão isentas a complexidade do ser, a cooperação e a interseção como riquezas da experiência humana. É uma cultura comunicativa que demanda da informação o

conhecimento, revelando um esquema estrutural circular. Desse modo, este ensaio pretende, propriamente, oferecer algumas pistas de reflexão, articulando a questão epistêmica relativa à comunicação e sondando as possibilidades do fenômeno das redes sociais como vetor de fraternização. No decorrer desse objetivo, o presente texto procurará mapear questões epistemológicas decorrentes dos fluxos de conexão humana em redes, descrevendo seu capital social cognitivo e capital social relacional, inferentes na construção da fraternidade universal. A abordagem do tema das redes será ao modo mais positivo, focando na multidimensionalidade do ser humano. O método consiste em partir do valor de seus conteúdos, da sua normatividade e das propriedades próprias da dinâmica interna, teorias e padrões de conexões para, em última instância, chegar a seu *status* científico.

2 O PRINCÍPIO DA FRATERNIDADE

A fraternidade é um tema presente na história humana desde épocas muito remotas. Foi adquirindo significado universal, chegando à era moderna como um princípio sociopolítico. Sua trajetória é longa e não está isenta de controvérsias teóricas e práticas, principalmente. É de suma importância, uma vez que, na sua condição de princípio, tem a força adequada para identificar cada indivíduo e garantir a completa expressão de “sujeito” ao qual se pode referir plenamente como “humanidade” (BAGGIO, 2008). Eficaz no exercício da educação da natureza humana, não está sujeita, primeiramente, às bases jurídicas e institucionais; antes, tem como fonte a base antropológica, da qual recebe toda força e eficácia.

Diferentemente de outros princípios universais, a fraternidade acaba por tornar-se vítima dos excessos de suas próprias aspirações e de sua vaga amplitude, de um lado, e de sua clara ligação a motivações e raízes religiosas, de outro lado. No entanto, nunca expirou sua força vital, como sentido regulador de um horizonte marcado pela utopia de um sistema social racionalmente coerente e concretamente possível. A fraternidade traz em si conteúdos e valores fundantes que, em muito, colaboram na significação de outros princípios a ela relacionados, condição sem a qual correriam o risco de se transformarem ou em meras abstrações ou em rigorosos sistemas. Vale, portanto, a tarefa de resgatar a complexidade do conceito e dos seus múltiplos papéis históricos. Mas isso não basta; é preciso acrescentar, ao estudo rigoroso, a firme disposição à prática de experiências relevantes na vida cotidiana, uma vez que a fraternidade é uma disposição para a ação.

2.1 Aspectos históricos

O princípio da fraternidade, aliado aos princípios da liberdade e da igualdade, constituíram, durante séculos, o núcleo normativo e o critério caracterizador da sociedade moderna. Adquiriram significado universal, expressaram aspirações com especial rigor e até constituíram um projeto moderno de sociedade desejável. Contudo, nos dias atuais não desempenham tanta influência como tríade politológica. Salta aos olhos que o princípio da fraternidade necessita de uma ressignificação frente ao novo horizonte contemporâneo – a organização

sociocultural foi modificada, os instrumentos técnicos aprimorados e são novos os problemas operacionais.

A agenda da fraternidade data dos primeiros séculos. À época, Aristóteles sublinhava, sob conceito amplo, a importância da relação fraterna, segundo a qual toda comunidade deveria basear-se em relações alicerçadas no afeto, no amor do igual pelo igual (ARISTÓTELES, 2008). A fraternidade coloca-se, antes de tudo, como princípio de construção social, em que seu significado relacional e dinâmico impede a buscar e a reconhecer mutuamente as fisionomias semelhantes entre os diversos sujeitos e grupos.

A sistematização do tema deu-se, porém, somente a partir do advento do cristianismo. Com seu conceito neotestamentário, notadamente presente nos princípios evangélicos, os cristãos revolucionaram o conceito de fraternidade em relação à tradição grega, helênica e judaica (SAVAGNONE, 2009). O tema da fraternidade foi, inclusive, enraizado na tradição dos padres da Igreja; e, ao longo da história do ocidente, com forte influência cristã, essa temática se fez comum desde a linguagem doméstica até a acadêmico-científica, desenvolvida por muitos autores cristãos, com vasta gama de nuances quanto aos conteúdos do conceito, implicando racionalidade fraterna, pertencimento recíproco e relações práticas de partilha e responsabilidades recíprocas. A partir de então, a fraternidade tomou um custo muito elevado, exigindo de cada pessoa o mesmo reconhecimento da dignidade alheia, no sentido pleno da palavra. Nesse sentido, só a religião é capaz de desenvolver, no uso de seu método teológico-humanista, um conceito que reconheça ao ser humano a característica de unicidade sobre a qual a pessoa se constrói. Isso eleva, em parte, o sentido da fraternidade, elegendo-a como papel fundamentador, mas simultaneamente a distancia de outros princípios politológicos.

Com a eclosão dos grandes acontecimentos político-culturais da era moderna, como o movimento iluminista e a insurreição das revoluções liberais a inglesa, a francesa e a americana, o tema da fraternidade desinstala-se do âmbito religioso, da tradição cultural familiar, e das restritas interpretações literárias para inserir-se em um contexto novo e amplo, agora como ensaio de uma perspectiva política universal, capaz de manifestar ideais constitucionais universalistas. De certo modo foi uma aventura passageira, factual e marginal, menos influente e estável do que outros princípios. No entanto, contribuiu marcadamente com vários ideais revolucionários e para fortalecer estruturas institucionais, com boas repercussões no plano da justiça social, do direito e da liberdade pessoal, e nos indicadores de participação.

Diversas assertivas sobre as faces da fraternidade podem ser encontradas a partir de considerações particulares feitas por muitos estudiosos que se interrogaram e se ocuparam desse tema. Só para citar alguns dos mais recorrentes na literatura recente, temos o americano Robert Dahl, os italianos Antonio Maria Baggio e Giuseppe Tosi, o britânico John M. Roberts, o brasileiro Alexandre Costa Lima, muito embora apareçam mais frequentemente os franceses, como Michel Vovelle, Michel Borgetto, Jacques Attali, Mona Ozouf, certamente pela proximidade com os

princípios universais da Revolução Francesa. Um continuado esforço deve ser feito por todos, a fim de resgatar o tema que corre o risco de manter-se no silêncio.

2.2 A fraternidade como categoria política

O princípio da fraternidade foi, então, evoluindo historicamente até chegar aos moldes de categoria política como fruto da criação coletiva de uma época, principalmente a Era Moderna. Está assim diretamente relacionado com os princípios de liberdade e igualdade, proclamados pela Revolução Francesa no século XVIII. À primeira vista podem parecer internamente homogêneos, porém cada qual carrega uma diferença abissal. O fato é que a Era Moderna constitui um ponto de referência histórico para a categorização da fraternidade como um princípio político. A ideia de uma política de fraternidade universal, o surgimento de um princípio de reconhecimento da identidade e do caráter unitário do corpo social, o novo cenário de necessidade de uma convivência fraterna internacional, com a conjugação de relações de pertencimento recíproco e responsabilidades partilhadas, faz surgir, então, uma fraternidade como ação inevitável para qualquer orientação política; torna-se legítima a tese segundo a qual também a fraternidade tem credenciais para possuir uma importância política. Inaugura-se uma nova ordem internacional com modernos sistemas de relações econômicas, sociais e culturais – uma nova utopia planetária.

Se comparada aos ideais de liberdade e igualdade, a fraternidade sempre teve, no entanto, um papel secundário nos moldes politológicos. De certo modo, ela tem sido pensada como um conceito especificamente menos político do que os outros, por parecer estar orientada a temáticas, tais como: moralidade e conduta, amizade e sentimento, espiritualidade e virtude e por não definir, enquanto tal, nenhuma teoria jurídico-institucional (RAWLS, 2002). Para além disso, da trilogia revolucionária, a fraternidade é a mais frágil, segundo estudiosos; já a mais forte é a igualdade. Segundo críticos, as pessoas, quando questionadas sobre a escolha entre a liberdade e a igualdade, preferem a segunda em detrimento da primeira: “preferem ser todos iguais – mesmo correndo o risco de se tornarem escravos – a serem livres, mas demasiadamente diferentes uns dos outros” (PEZZIMENTI, 2008, p. 75). Os ideais de igualdade movem as massas, mesmo que na prática sistemas políticos, ordenamento social, justiça distributiva não sejam efetivados. A liberdade, por sua vez, pode se perder em razão da própria liberdade e por isso exige, continuamente, uma autocrítica a respeito dos seus próprios perigos.

O filósofo político norte-americano John Rawls resgata a função politológica da fraternidade, apesar de não mais usar o conceito aos moldes tradicionais, como elemento imprescindível na teoria do novo contratualismo. Ele formula um projeto sistêmico de cooperação social, mediante o “*Princípio da diferença*”, que remete a uma concepção de reciprocidade, como princípio de benefício recíproco (RAWLS, 2002). Esse princípio refere-se à capacidade de manter certa igualdade entre os diferentes, força típica da fraternidade, resgatando-a como uma categoria possível, concreta e praticável: “se a fraternidade não encontra as traduções teóricas e os caminhos práticos para ser vivida concretamente na dimensão pública e, especialmente, na

política, não é de se esperar que ela conserve algum significado que a impulsione para além das relações privadas” (BAGGIO, 2008, p. 19).

Enfim, a fraternidade como categoria política incide em pressupostos fundamentais das estruturas básicas dos arranjos sociais e, especificamente, na postura dos indivíduos, exigindo, portanto, uma análise apurada da concepção normativa e política das relações interpessoais, caracterizadas pelo senso da justiça e pela concepção do bem, condições imprescindíveis a uma sociedade cooperativa.

2.3 Novos contrastes do princípio da fraternidade

Foi um ganho, sem dúvida, a sistematização do conceito de fraternidade durante o desenrolar da história. Os seus moldes modernos, como categoria política, em muito colaborou tanto para a maior importância da fraternidade quanto para o fortalecimento da política. No entanto, a fraternidade deve ser pensada como um princípio que antecede e sucede qualquer categorização política. Ela é um condicionante ativo do modo como deveria se concretizar a ação política. Por sua natureza, ela está orientada para além dos padrões politológicos, sem estar presa a nenhum sistema político, nem refém de qualquer arcabouço teórico.

A ideia de fraternidade universal deve evitar, de todas as formas, falsos idealismos políticos e, ao invés, estar atenta e considerar as várias dimensões peculiares do mundo social. Nesse sentido, o escopo próprio da fraternidade evita os flagrantes prejuízos e as deficiências tanto do individualismo liberal da igualdade pelo consumo, quanto do coletivismo socialista que suprime o sujeito e o critério da alteridade.

Vale lembrar que render a fraternidade à política pode lhe custar sérios danos, pois grandes desníveis sociais, econômicos e políticos constituem fortes obstáculos para sua real efetivação. Esses são problemas reais, próprios do mundo político, que passam a funcionar como barreiras, imperativo real que pode levar a fraternidade ao eclipse de suas forças e à liquidez de seu alcance. Dessa forma, a fraternidade pode se encontrar numa angústia desesperadora, em analogia, tanto quanto um congestionamento viário está para alguém em necessidade de urgência.

Noutras palavras, a categorização política constitui uma face importante da fraternidade e deve, portanto, continuar sendo estudada e robustecida. No entanto, é necessária a prudência de todos a fim de que a fraternidade não venha a se limitar a qualquer classificação política, que não está, por sua vez, desprovida do imperativo do predomínio das vantagens. Nesse sentido, se por um lado é vantajosa a elevação da fraternidade aos moldes politológicos, é, por outro, um intento igualmente árduo e, por isso, exige a precaução de possíveis desvios de um caráter científico para um caráter ideológico. Essa é outra condição que pode tornar, no mínimo, constrangedora a relação de uma concepção de cooperação social entre iguais e o predomínio arquidor do princípio de utilidade. Aqui se instaura, justamente, uma das questões concernentes à origem e aos significados da fraternidade – laços universais que revelam a conotação mais precisa do conceito e que, por sua vez, pode expressar uma lógica politicamente ineficaz frente a interesses e vantagens ideológicas.

Como se vê, estamos diante de preciosas e legítimas variações do princípio da fraternidade. Pensando assim, será um erro desvinculá-lo de outros correlatos, em vista de uma pretensa conceituação pura, ou de uma categorização política formalista. Defendemos, convictamente, que o que fortalece, imprime caráter e autoriza a fraternidade como princípio universal são, justamente, aqueles elementos considerados essenciais, capazes de robustecer o conceito e dar-lhe consistência prática, como: reciprocidade, empatia, amizade, pertencimento, fidelidade, lealdade, respeito, estima social, comunitariedade, universalidade, aspirações, espiritualidade, gratuidade, racionalidade e, principalmente, solidariedade. Isso só para citar algumas dimensões da natureza humana. A conexão de fraternidade e virtude, por exemplo, é sumamente importante para sua eficiência e eficácia enquanto princípio politológico. É preciso assumir que cada um desses correlatos oferece, por sua vez, conteúdos e considerações importantes para a vida prática da fraternidade, meio necessário para sua constante revigoração.

A política não é a única saída para a revigoração da fraternidade: notamos que, em nome de outros princípios políticos, como o direito, a igualdade, a liberdade etc., a humanidade já praticou horrores. Ao desvincular a fraternidade de seus correlatos, por mais elementares que possam parecer, incorreremos em despi-la daquilo que lhe é naturalmente próprio, interior, constitutivo. Igualmente estaremos enfraquecendo-a e desautorizando-a frente ao cenário social.

A fraternidade, de forma alguma, será mais importante no debate político por se desmembrar de elementos considerados metafísicos, axiológicos, psicológicos e até espirituais. Esses não são também elementos politológicos? Mesmo que não sejam considerados fundamentos da ciência política, eles estão ligados, sem dúvida, a sua pragmática.

E, ainda, a fraternidade obteve certa aplicação política, embora parcial, com a ideia de solidariedade.² Esta tem um significado específico que, por motivo de tempo, não aprofundaremos seus conteúdos. O tema da solidariedade está historicamente relacionado ao princípio da fraternidade, tanto que, costumeiramente na linguagem, as pessoas usam um e outro termo para designar ações de um mesmo sentido. Tão próximos são seus significados, a ponto de não sabermos quem precede ou sucede a quem.

A fraternidade, enquanto sistematização política, pressupõe certa solidariedade cultural, econômica e antropológica. Uma fraternidade horizontal exige, a rigor, a ideia de uma solidariedade horizontal: a partilha de bens e de poderes, a colaboração recíproca, o engajamento emocional ou intelectual e, também, o pacto antropológico.

A solidariedade é a capacidade de reconhecer uma possível identidade humana comum, apesar das diferenças individuais (RORTY, 1989). Jean-Jacques Rousseau, nos ideias de quem a Revolução Francesa se apoiou, “via a *fraternité* como a realização plena da humanidade” (ARENDDT, 2008, p. 20). pela solidariedade, o

humanitário da época, com ideais revolucionários, almejava um engajamento com todos, um esforço que equivalia a penetrar no próprio domínio da fraternidade. E por essa extraordinária descoberta a fraternidade se tornou motivo central da principal revolução política francesa.

A humanidade sob formas de solidariedade, de modo invariável, aparece historicamente entre os povos perseguidos e grupos escravizados. É importante o fato de a humanidade manifestar mais frequentemente a solidariedade em tempos sombrios: é justamente na dor, na mais tenra experiência existencial que a fraternidade se apresenta como um processo autenticamente inclusivo em uma perspectiva do nós. A dor tem um enorme potencial epistemológico, capaz de revelar o eu a si próprio, mais do que qualquer outra coisa. E é justamente nesse momento que ela constitui a mola do movimento de aproximação: as dores do biológico, a angústia da fé, a perturbação do psíquico, a pressão do econômico e a liquidez do social. O enfermo, nesse caso, é o assalariado explorado em sua força de trabalho e o jovem sem trabalho, é o aniquilamento da espiritualidade na vida humana, é o negro marginalizado e a criança que vive nas ruas, é todo aquele a quem é negado o respeito à dignidade humana, é o frustrado pela deficiência, é a mulher vítima do machismo e o ancião descartado do sistema, é o consumidor falho, e a pessoa impossibilitada de expressar sua cultura ou religião.

Não é difícil notar que o ser humano vive como peregrino, numa constante saudade, que não se extingue, de alguém que afague sua dor, que o faça sentir-se amado, apesar e além de tudo: “de alguém a quem se possa confiar sem reservas, uma âncora, um cais onde fazer repousar a nossa insegurança, o nosso cansaço, a nossa dor, seguros de não sermos rejeitados no abismo de nosso nada” (FORTE, 2003, p. 720). O ser humano não foi feito para a solidão. Pelo contrário, morre de ausência e de separação. O ser humano é um ser de alteridade. Sem o referencial do outro ele se torna apenas repetição de si mesmo, autossimilaridade, pleonasma retórico e, por isso mesmo, inidentificável. Nesse sentido, a solidariedade é um porto seguro que permite que uma pessoa se conecte potencialmente com todos os outros seres humanos, sendo, portanto, de suma importância para a fraternização universal.

É justamente nesse panorama que queremos introduzir o tema que segue. Uma vez que o cenário da *Internet* e, por sua vez, das redes sociais *online*, permite e propulsiona o encontro, estamos diante de sistemas ecológicos abertos, em reorganização permanente e povoados por inúmeros atores. Hoje as redes sociais são um meio pelo qual mantemos contato com a família, escrevemos aos amigos, verificamos as notícias, as condições de clima e de trânsito, trabalhamos, compramos e vendemos (LEVY, 1993). O fenômeno das redes é uma realidade onipresente na vida humana contemporânea. Estamos constantemente plugados: acessamos em nossos veículos, no escritório, na escola, em casa, na rua, no lazer; nossos aparelhos domésticos têm sido preparados, cada vez mais, para esse serviço, além do que é possível ainda estar *on-line* por meio de artefatos os mais simples e inimagináveis até então. Essa é uma tendência que veio para ficar, é um novo comportamento social que, como tal, exige que estejamos preparados para o seu uso adequado.

A ficção científica na história do cinema sempre chamou a atenção para uma mistura entre o natural e o artificial. Títulos sugestivos - *Metropolis*, do cineasta austríaco Fritz Lang, de 1927; *O homem bicentenário* de Chris Columbus de 1999, *Inteligência Artificial*, de Steven Spielberg, de 2001 - anteciparam de forma eloquente o que viria a ser conhecido como a era da hibridez, a qual não parece mais tão distante. A chegada das tecnologias digitais traz consigo um ciclo cultural próprio, impregnando com suas características socioeconômicas e suas consequentes ações políticas, fazendo vigorar uma nova e peculiar codificação linguística.

3 O FENÔMENO DAS REDES

Cada vez mais é possível perceber que nada acontece isoladamente. Dado o avanço científico na direção de desvelar o “mistério” da natureza, descobrimos que a maioria dos eventos e fenômenos estão uns aos outros conectados, causados pela interconexão de imenso número de peças nesse complexo quebra-cabeça universal: a comunidade científica universal tem descoberto que a complexidade possui uma arquitetura peculiar e, por conseguinte, merece a atenção da pesquisa, em vista de uma correta compreensão do mundo (BARABÁSI, 2003).

Desde Thomas Hobbes, filósofo inglês do século XVI, e, principalmente, do filósofo alemão do século posterior, Gottfried Leibniz, já havia a proposição de criar uma linguagem artificial com base em relações lógicas, aliada à ideia de inventar um artefato capaz de processá-la para uso dos seres humanos. Hoje essa linguagem virou realidade, entendida como espaços urbanos e artefatos digitais fundados a partir de novas formas de fluxos comunicacionais e de transporte, por meio de uma nova instância de convivialidade, de vida social e política.

3.1 Compreensão teórica

As redes sociais estão ancoradas no projeto *Internet*, criado a partir da disputa entre Estados Unidos e União Soviética no século passado, como consequência de uma fusão singular de estratégia militar, cooperação científica e inovação cultural. Em 1969 deu-se à criação da ARPANET (*Advanced Research Project Agency* – ARPA), ocorrendo a divisão dos protocolos de comunicações em *Transmission Control Protocol* (TCP) e *Internet Protocol* (IP). Em 1983, a rede vigente sofreu uma divisão, dando origem à MILNET, para fins militares, e à nova ARPANET, com fins científicos, começando a surgir os primeiros computadores pessoais. Em 1990, ocorreu o abandono da rede ARPANET, passando a ser chamada *Internet*, que, pela privatização do acesso em 1965, permitiu considerável aumento de conexões e usuários.

As redes são conjuntos de nós interconectados, estruturas abertas que promovem fluxos ilimitados, redefinindo a cada instante novas composições relacionais, informacionais, organizacionais e até financeiras. Os fluxos das redes compõem-se de séries heterogêneas de elementos animados e inanimados, conectados e agenciados. A teoria de redes refere-se a fluxos, circulações, alianças e movimentos entre conectores. Tem caráter híbrido, dinâmico e coletivo, em vez de remeter-se a uma entidade fixa. Foi a partir da necessidade de se tentar compreender

a complexidade que as tramas das redes oferecem que surgiu a chamada Ciência das Redes: o estudo dos fundamentos teóricos do comportamento estrutural e dinâmico das redes e de suas aplicações (LEWIS, 2009).

3.2 Redes como vetor político

Estudos recentes confirmam que as estruturas das redes estão, cada vez mais, sendo reconhecidas como formas e instrumentos eficazes, uma opção decisiva para a ampliação da qualidade das políticas contemporâneas, capazes de produzir resultados importantíssimos. As redes soam como novas maneiras de pensar a política global e nesta atuar, revelando-se como novas conexões possíveis entre diversos elementos culturais. Elas ensaiam um novo pacto coletivo, mais facilmente controlável, o qual amplia o espaço da ação social e favorece sua auto-organização. O próprio grupo se identifica como sujeito político, dadas as várias interações e as funções políticas promovidas num ambiente de hipotética igualdade. Mas enganam-se os que acusam as redes de serem estruturas e sistemas apolíticos, pois são, justamente, os próprios fluxos que têm a função de equilibrar as demandas sociopolíticas, dada a dinâmica de intercâmbio, de rigor cada vez mais transparente.

Sabemos, ainda, que existem algumas alocações polêmicas em torno do tema das redes sociais, como ocorre em qualquer outra área. No entanto, consideramos que tal manifestação se dá em virtude de um certo temor, legítimo até, de que o enfraquecimento do Estado-nação, ante o aprofundamento do processo de globalização, traga consigo o enfraquecimento das formas de integração política, e relegue os cidadãos ao abandono em um mundo pós-político (HABERMAS, 2002). E, embora se possa admitir que, atualmente, quase tudo esteja sendo influenciado por um sistema regulado pela mão invisível da economia global, não consideramos que na dinâmica das redes sociais vigore, restritamente, uma lógica desse tipo. Não isentas totalmente da influência desse predominante sistema regulador, as redes se autopreservam a partir, justamente, de seus intensos e permanentes fluxos, como universo compartilhado de significados.

É inegável que as redes sociais não estão isentas da manipulação do predominante sistema capitalista regulador. São instrumentos mais que apropriados para a economia liberal, a qual está baseada na inovação, globalização e concentração descentralizada: “o novo paradigma da tecnologia da informação gera uma determinação social em um nível no qual o poder dos fluxos é mais importante que os fluxos do poder” (CASTELLS, 2002, p. 565). Isso porque, desde a década de 1980, a tecnologia tem sido responsável pelo aumento da circulação de bens e capitais, pois facilitou o contato entre os diferentes mercados. O aumento na velocidade dos fluxos e na capacidade de armazenamento impacta positivamente os níveis de produtividade das organizações.

Assim, o domínio sobre a tecnologia produz valor, estabelece códigos culturais e determina o poder, além de dirimir barreiras e redefinir o horizonte de possibilidades no mundo organizacional. Isso é o que chamamos de capitalismo informacional – informacionalismo –, em que nova fonte de produtividade erradica-se na tecnologia de conhecimentos, de processamento de informação e de

comunicação de símbolos (CASTELLS, 1999). Dessa sorte, como qualquer outra técnica ou serviço, tem seus interesses e riscos, de modo que seu monitoramento ético dependerá de como sua regulação será efetivada pela sociedade (DUPAS, 2001).

Superando os entraves político-institucionais, as redes, pela ação mediada, antecipam a experiência da liberdade no mundo: “sermos capazes de partir para onde quisermos é o sinal protótipo de sermos livres” (ARENDDT, 2008, p. 16). O fenômeno das redes incide, justamente, como ação contrária à limitação da liberdade do movimento que é pré-condição da escravidão. As redes funcionam, nesse caso, como laboratório das liberdades de pensamento, de iniciativas e agendamentos políticos, sociais e culturais, adiantando e preparando para a liberdade inerente à factualidade.

As redes aparecem como meio democrático e propulsor do “pensamento coletivo” (LEVY, 1993). O diálogo em redes sociais não é, de forma alguma, um diálogo silencioso ou somente passivo entre mim e mim mesmo, mas um diálogo antecipado com outros, sendo por tal razão essencialmente polêmica. As redes inauguram a ruptura da proibição, no sentido burocrático, formalista e moroso, sem deixar de se sujeitar a um escrutínio moral ordinário. Elas, pelo contrário, alargaram com agilidade as cadeias das relações humanas.

Nas redes parece ser mais possível se ensaiar uma política do reconhecimento e uma política da diferença, como uma relação mútua ideal entre sujeitos que podem, ao mesmo tempo, estar separados. Não devemos esquecer os habilidosos *hackers*, e aqui há que as diferenciar dos *crackers*, aqueles que usam as redes como uma ferramenta de ativismo político. São na maioria jovens talentosos, estudantes disciplinados a dedicarem tempo à atividade programacional, motivados, na maioria, entre outras coisas, por patriotismo e afã político.

Ultimamente, como nunca visto, as redes têm mostrado seu poder de impacto social, cuja prática é uma tendência para o futuro. Vivemos na época da democracia da informação e, não somente isso, o que é mais importante, vivemos na época da democracia informada, ou seja, a sociedade acompanhando em tempo real o processo gestor político e a política da gestão pública. Essa visão ampla, imediata e transparente tem provocado muita indignação social, levando massas a protestos. O acesso rápido às informações e a sua comunicação com centenas de milhares de pessoas ao mesmo tempo têm demonstrado um poder sobressaliente de derrubar regimes, mudar governos, rever leis e comportamentos.

É inegável que as redes sociais contribuíram para que velhas ditaduras, como as da Tunísia, do Egito e do Yemen, caíssem como um efêmero castelo de cartas; poucos vislumbrariam que esses fatos viessem a ocorrer sem um banho de sangue. Do mesmo modo, poucos observadores brasileiros, inclusive os de esquerda, poderiam imaginar que iriam ocorrer parecidas manifestações de massas em mais de 600 cidades do seu país, reunindo milhões de pessoas, especialmente jovens. E não para por aí. Registraram-se também mobilizações de trabalhadores na Europa, greves gerais em todo os continentes, manifestações da juventude do *Occupy Wall Street* e levantes populares no Norte da África. Tudo isso compõe um novo mosaico

de luta de classes, em que os remotos sindicatos, somados às tradicionais instituições de cunho representativas, parecem agora, mais do que nunca, inoperantes frente à força demolidora de mobilização política das redes sociais.

Antes disso, esse mundo de relacionamentos nas redes parecia meramente virtual; desabrochou, no entanto, em realidade bem concreta, inaugurando, desde então, um novo paradigma na articulação dos movimentos sociais. O conjunto das lutas sociais que estão ocorrendo no mundo, guardados os devidos ritmos, proporções e intensidades, possuem uma relação direta tanto com a crise sistêmica global que vem castigando o capitalismo há alguns anos quanto com o fenômeno das redes sociais, com sua capacidade de congregar as massas em uma diferente ordem mundial, possibilitando a emergência de um conjunto de fenômenos novos nas esferas econômica, social e política da conjuntura internacional.

Nesse sentido, a cultura contemporânea tem criado novos espaços e arranjos de participação política, abrindo caminho, cada vez mais, para o reconhecimento compartilhado dos laços sociais. Os fluxos de redes, nesse sentido, são estruturas consensuais desobstruídas de conflitos de demandas como raça, crença, cultura, *status* econômico e habilidades. Permanentemente, pactos sociais são construídos, mantidos e renegociados, implicando um tipo de situação hipotética capaz de garantir que, de algum modo, as circunstâncias pessoais ou sociais não interfiram, de imediato, antecipando a maximização dos benefícios. Isso não implica, necessariamente, que sejam estruturas abstratas e meramente procedimentais, embora estejam sujeitas a esse tipo de crítica.

Os limites das redes assumem, todavia, uma natureza mais funcional do que demarcatória. A tensão constante entre a presencialidade e a virtualidade tem se articulado entre a necessidade de se considerar seus limites de fronteira – dinâmicas específicas, valores diferenciados, responsabilidades e qualificações peculiares, identidades próprias e possibilidade de consenso e dissenso.

De todo modo, as redes sociais ainda são vistas com desconfiança por parte de alguns analistas políticos, cientistas sociais, e até pesquisadores da própria área da comunicação. No entanto, essa percentagem tende a ser cada vez menor, mediante os fatos sociais contemporâneos que falam por si mesmos. Ainda assim, persiste um forte embate entre aqueles que somente choram a perda da essência da natureza primitiva – tecnocatastrofismo – e os que somente aplaudem as vantagens tecnológicas próprias dessa cultura – tecnoprofetismo.

Haverá aquele, no entanto, que pretende agir com parcimônia e veracidade de modo a se resguardar desses conflitos ideológicos, pois, na dialética da liberdade, é preciso sintetizar o necessário e o possível, uma vez que tanto o necessário quanto o possível variam através da história. O que é indubitável e, portanto, deve ser observado e reconhecido é que a narrativa tanto das atuais gestões políticas quanto a dos tradicionais veículos de comunicação parecem inadequadas e já não correspondem à novidade cultural. Vive-se uma época de modelos e características originais, as quais, mesmo ainda não assimiladas nem compreendidas totalmente, já demonstram possuir, desde seu despertar, uma força inimaginável.

3.3 Vizinho anônimo: um fenômeno fascinante

Vivemos, paradoxalmente, numa cultura de massa. Mais precisamente, nas condições de uma sociedade de massa ou história de massa. E para esse fenômeno não existe volta, só há avante. Ultrapassamos a cifra dos sete bilhões de habitantes. Tudo isso nos convoca para uma melhor compreensão, a fim de corretamente lidar com esse fenômeno que, como outros, evoca ganhos e perdas.

De um lado, temos o alargamento do relacionamento humano, cada qual multiplicando e prolongando a perspectiva do seu vizinho. De outro lado, temos o risco de superficialidade, em que todos podem se tornar privatizados e desprotegidos das faculdades dos relacionamentos íntimos (ARENDETTI, 2004). Aqui entra a acuidade de um dos mais importantes significados da teoria das redes sociais, que é a possibilidade estendida a todos de estabelecer um diálogo amplificado e permanente: a interação social é o ponto mais precioso a ser preservado, constituindo o alicerce sem prejuízos ideológicos. Redes são instrumentos de participação e cooperação em massa, sem perder, no entanto, seu potencial confidencial. Portanto, o tema das redes está fortemente conectado ao princípio da fraternidade, uma vez que a trajetória da fraternidade equivale, de alguma forma, à da comunicação.

Nesse sentido, o conceito de fraternidade amplia-se: no lugar de fraternidade de classes, entra em cena uma nova integração mediante a um procedimento inclusivo, à cooperação e à interseção. As redes sociais antecipam as relações confrontais sem deixar de ter, a seu grau, certo caráter de intimidade. Não significa desvalorização da fisicalidade porque não descarta a relação presencial, mas estabelece, antes, uma intensa comunicação no sentido de preparar, otimizar, desobstruir e desburocratizá-la: o espaço mediado não desconsidera a concretude do sujeito, a sua historicidade, sua aparência e identidade, seu papel existencial; ele, por sua vez, precede, estende e alarga o fenômeno comunicativo. Isso não significa minimalismo ético, nem se supõe que ela deva ser descrita em termos reducionistas de superficialidade ou relativismo.

Não há dúvida de que a verdadeira democracia é constituída pelo equilíbrio de direitos entre Estado, sociedade e indivíduos, evitando riscos às instituições e aos direitos de terceiros. A intimidade e a privacidade, por sua vez, estão inseridas no direito de personalidade, que compreende os direitos físicos, os direitos psíquicos e os direitos morais.

Diante do quadro cultural em que vivemos, aumenta, com efeito, a necessidade de proteção ao direito à privacidade, tornando imprescindível sua discussão, principalmente em uma conjuntura social cujo elemento capital das relações humanas é a informação. Vive-se um paradoxo: o aumento da capacidade organizacional dos indivíduos, de um lado, e a mudança nas suas relações de dependência, de outro lado. Dito de outro modo, a transformação das tecnologias mecânicas para a tecnologia da informação modificou as noções de soberania e de autossuficiência que serviam de âncora ideológica à identidade individual, desde sua elaboração com a filosofia grega.

A institucionalização de um novo comportamento e a nova conduta desinstitucionalizada, conquistadas nesse processo de mudança histórica, podem ser

observadas nas relações em redes, qualificadas tanto pela influência e poder desse fenômeno politizado quanto pela ampla interatividade e pela liberdade ilimitada. Assim, conceitos consagrados, como soberania, território, tempo e espaço modificam-se na interação emergente.

A política administrativa utilizada pelas atuais empresas da comunicação e, de modo particular, das redes sociais, faz uso de dados pessoais para fins de personalização de anúncios, entre outras. A tentativa de saber o máximo possível sobre seus usuários tornou-se a batalha fundamental entre os maiores *sites* da *Internet*, como Google, Facebook, Apple, Microsoft, Youtube e Amazon. Embora os serviços disponibilizados sejam úteis e gratuitos, a personalização tem o custo dos dados pessoais captados pelos *sites*.

Desse modo, tem-se, de um lado, o direito dos provedores, dos demais usuários e das empresas de se comunicarem livremente na *web*, conectando-se com o mundo e disseminando informações das mais diversas fontes; enquanto, em contrapartida, está o direito da personalidade à intimidade, o qual deve garantir ao usuário o segredo quanto às informações por ele veiculadas e acessadas na rede e o seu livre trânsito em anonimato. Isso provoca discussão e impulsiona uma revisão no plano das doutrinas jurídicas.

Nesse momento histórico, assistimos, igualmente, às polêmicas declarações do jornalista estadunidense Gleen Greenwald, responsável por revelar ao mundo os programas secretos americanos de interceptação de dados, vazados pelo ex-consultor de serviços secretos Edward Snowden. Segundo o jornalista, o governo americano tem capacidade de acessar o conteúdo de *e-mails* e telefonemas de cidadãos de diversos países, e o principal objetivo dessa espionagem é obter informações comerciais e industriais. Iniciada como estratégia de guerra contra o Iraque e o Afeganistão, essa conduta se estendeu ao mundo todo, em busca de mais poder.

A sirene de alerta soou, então, na comunidade internacional, com queixas de todos os lados, inclusive do Mercosul, que recentemente recorreu às Nações Unidas e ao Conselho de Segurança da ONU. Diante disso, a comunidade internacional tem buscado, com mais rigor, regulamentar a segurança na *Internet*, entre outras derivações, sugerindo sanções de todo tipo contra os países que incidirem nessas ilegítimas práticas de espionagem.

Esse quadro não deve diabolizar a verdadeira natureza das redes, nem sacrificar seu uso, uma vez que sua teoria fundamental objetiva o intercâmbio de saberes e o alargamento de relações. A elegibilidade do sigilo dependerá da forma de utilização das informações. Os profissionais envolvidos aqui devem assumir, com rigor, a responsabilidade frente aos impactos dessas transações, considerando a suscetibilidade dos dados e as implicações éticas de determinadas ações. De todo modo, as redes sociais, como qualquer outro sistema, devem se submeter a uma ética que seja capaz de integrar valores originais e manter os fundamentos ontológicos e metafísicos.

3.4 Capital Social de Redes

Em um complexo cenário das tecnologias da integração, em um mundo cada vez mais globalizado e cooperativo, o fenômeno das redes tem gerado comportamentos que carregam e exprimem variados conteúdos de valores, que são estudados sob o conceito de capital social: refere-se à conexão entre indivíduos, ou seja, às normas de reciprocidade e confiança que emergem das interações em rede (PUTNAM, 2000). Noutras palavras, capital social é uma variedade de entidades que são definidas por suas funções e a partir das próprias estruturas sociais. O capital social não está nos agentes, mas na estrutura de suas relações, como organizações, laços sociais etc. (BOURDIEU, 1983). Corresponde ao agregado dos recursos atuais e potenciais, os quais estão conectados com a posse de uma rede durável, de relações de conhecimento e reconhecimento mais ou menos institucionalizadas (COLEMAN, 1988).

Essas ideias englobam alguns aspectos para a construção do valor social, a saber: *um individual* – que vem do interesse dos agentes em construir fluxos e conexões; *outro coletivo* – que vem do fato de que os fluxos e conexões implicam benefícios e custos; *relacional* – que corresponde aos fluxos de relações, laços e reciprocidade; *um recurso* – que é conectado ao pertencimento a um determinado grupo; *o conhecimento e reconhecimento* – apto a objetivar as diferenças entre as classes capazes de adquirir um significado; *normatividade* – que vem da força dos princípios da dinâmica própria dos fluxos e conexões; *confiabilidade* – que vem da crença na reciprocidade e do consenso nas conexões que decorrem das escolhas nas interações; *cognição* – que envolve a soma de conhecimento e das informações disponibilizadas; *institucional* – que se constitui da estruturação social; e *as próprias redes* – que vêm das associações voluntárias e dos desenvolvimentos dos fluxos.

Capital social de redes trata de um conjunto de recursos dessa rede que pode ser usufruído por seus agentes. Seus elementos demonstram os benefícios aí inerentes, como: o caráter estrutural, a capacidade de transformação, a função, os conteúdos, a interação, a confiança e a reciprocidade. Assim sendo, julgamos ser possível extrair uma concepção normativa de reconhecimento intersubjetivo inerente às estruturas pragmático-performativas de redes comunicativas, tanto em termos fáticos de aceitação social do outro quanto em termos contrafáticos de validade ideal.

3.4.1 Capital Social Relacional

O valor do fluxo de interação das redes está no fato de que ele aproxima seus agentes, ampliando redes pessoais e estabelecendo níveis maiores de confiança entre eles. O apelo é claramente de integração e estreitamento dos laços sociais, por meio dos fluxos de informações recíprocas. O capital social é institucionalizado e constituído de normas de interação tacitamente negociadas e renegociadas pelos agentes. Nesse caso particular, os processos de difusão das informações são emergentes e se constituem como resultado das interações e dos processos de conflito e cooperação. Seu caráter normativo permite uma dinâmica de interação proativa, permitindo que o capital social seja cada vez mais coeso e ampliado.

3.4.2 Capital Social Cognitivo

O mundo das redes não sobrevive, puro e simplesmente, de relações. O que alimenta as relações são justamente os sistemas e conteúdos que viajam velozmente pelas interações. E aqui se encontra outro tipo de capital social, o cognitivo. Ele diz respeito aos fluxos que, mais do que aprofundar laços sociais, possuem um apelo informacional maior. O objetivo da interação é informar ou gerar conhecimento. Nesse sentido, a ciência contemporânea tem fornecido a história de sucesso mais notável sobre a colaboração na produção de conhecimento. De fato, atuais trabalhos de pesquisa listam centenas de autores. As novas tecnologias da informação têm permitido que um grande número de pessoas, às vezes separadas por longas distâncias, trabalhem juntas em um mesmo projeto. A capacidade de produção dessas novas tecnologias é um elemento premente que prefigura o cenário das redes e tem se tornado uma questão crescente na epistemologia aplicada.

3.5 Valores associados ao Capital Social de Redes

Uma das questões relacionadas com o conceito de capital social é a verificação de sua axiologia, por meio da qual se dá a valoração. Alguns são os principais valores, os quais, de um lado, são passivamente proporcionados a partir das conexões mantidas pelos sistemas e interações e, de outro, ativamente proporcionadores da manutenção e coesão dos fluxos. Vejamos, portanto, quais são alguns desses valores:

3.5.1 Visibilidade

É a medida do acesso aos canais em rede e, ao mesmo tempo, é o regulador dos fluxos. Ela é a estratégia utilizada para se obter e manter os fluxos de conexão dentro das redes, cumprindo seu papel enquanto sistema corporativo. É diretamente dependente das estruturas e da dinâmica da conexão e é consequente das estratégias enunciativas. A visibilidade é constituída como um valor porque proporciona a amplificação do suporte social e das informações. O teor próprio da visibilidade é o repertório das conexões; são as informações disponibilizadas, são os agentes conectados, e as próprias estruturas de suporte (GOMES, 2006). A visibilidade está diretamente associada ao capital social relacional - é a forma com que um agente ou uma matéria, por exemplo, podem assegurar o seu reconhecimento social, a partir da fertilidade desse ambiente.

3.5.2 Reputação

É a medida das impressões. Ela é valor associado diretamente ao caráter conjuntural, é o significado cognitivo e afetivo mensurado a partir dos fluxos e dos conectores, gerado dentro e fora da própria dinâmica estrutural. Diz respeito à competência dos vetores, qualidade de conteúdos, graus das conexões, organizações e estrutura do espaço, o alinhamento das informações e o nível da audiência (PEDRO, 2010). A esfera da reputação exige imediatamente a confiabilidade - naquilo que concerne a discussão de sua relação com os fluxos de informação e

tipos de comportamentos; a responsabilidade - visto que depende da avaliação perceptiva qualitativa; e também está relacionada com a visibilidade - uma vez que está conexas à notabilidade e à apreciação. A reputação está associada tanto ao capital social relacional - enquanto é uma consequência das conexões estabelecidas na dinâmica das redes, quanto ao capital social cognitivo - dos fluxos e da notabilidade da conexão, de um lado, e dos graus de suporte para o saber, de outro lado.

3.5.3 Autoridade

É a efetiva medida da influência dos fluxos de rede. Ela está ligada diretamente à avaliação da posição de centralidade ou visibilidade que os fluxos ocupam. Por exemplo, a autoridade de um artigo científico poderá ser medida, de algum modo, pela variedade de citação que recebe. Nas redes, a autoridade é medida pela capacidade de conversação, de influência, de poder de fluxo, do processo e de difusão de informação e da percepção dos valores contidos nas informações (BERTOLINI; BRAVO, 2004). Autoridade compreende reputação, mas não se resume a ela. A autoridade é a medida do alcance, do qual se desprende a reputação. Está veiculada à audiência, sem se preocupar com a intimidade nos fluxos. A autoridade está associada ao capital social relacional - enquanto preocupada com o comprometimento do capital social conector. Mas, igualmente, a autoridade é decorrente do *capital social cognitivo* - naquilo que infere à qualidade da construção e mobilização das informações específicas.

3.5.4 Popularidade

É a medida da intensidade dos fluxos de rede. É a estratégia da posição estrutural da rede, da sua capacidade de evidencialidade, da compreensão dos conteúdos, da sua acessibilidade, da medida da quantidade de acessos e da intensidade dos fluxos, ou seja, da permanência e da persistência das conexões. Enfim, é uma medida quantitativa da localização do fluxo na rede (MARLOW, 2004). Está associada à visibilidade, mas não é igual a ela. Enquanto a visibilidade é um valor relacionado com a capacidade de se fazer visto, a popularidade, por sua vez, é algo relacionado à posição estrutural dos fluxos. Apenas alguns fluxos chegam a ser populares, enquanto todos os fluxos podem possuir visibilidade. Não está diretamente relacionada com a autoridade, mas com algum tipo de reputação, boa ou ruim. Um fluxo pode ser popular porque é ruim, porque é crítico, mas não necessariamente porque goza de autoridade. É diretamente pertinente à audiência e, por isso, é o valor de maior facilidade de medida. A popularidade está associada ao capital social relacional - está mais preocupada com a quantidade de conexões do que com a qualidade das conexões.

Os valores, portanto, são bastante influentes e, na verdade, são eles que qualificam o capital social das redes. Eles, por sua vez, implicam mudanças suficientemente expressivas nos modos pelos quais averiguamos a construção e a evolução do capital social. Além disso, buscar a normatividade do capital social é importante para o estudo da qualidade da informação, sua natureza epistêmica, sua condição de testemunho, o nível de sua difusão, a qualidade da confiabilidade, sua

natureza política, e sua força de fraternização, só para citar algumas das variadas questões.

Enfim, para o fenômeno das redes existe um avante sem volta. Seus aspectos não podem ser ignorados nem negligenciados. Carregam novos sujeitos e significativos dados, coordenados por um processo de alcance muito amplo. Tem se configurado como um crescente movimento em vista de um “mundo de código aberto”, ou seja, um desenho institucional em que cada vez mais cresce a disponibilidade da informação, o incentivo à pesquisa, a acessibilidade ao debate, a deliberação da detenção do saber e do poder, a interatividade intelectual, a cooperatividade econômica, a crítica social e a fraternidade internacional.

De certo modo, o fenômeno das redes tem preparado os espíritos para uma remodelação dos elementos tradicionais da sociabilidade e do conhecimento. Não é surpreendente, portanto, que circule em todos os meios para designar desde coisas práticas e prosaicas do mundo da vida até construções abstratas e audaciosas em lógica matemática, por exemplo.

As redes inauguram um processo que sugere uma revisão dos antigos padrões de alguns sistemas políticos, do modo habitual de relacionamento humano, do tradicional modelo de convivialidade social, e até dos padrões de avaliação epistêmica. Passamos de uma arte da memória para uma complexa base de dados, numa circulação implícita de relações e saberes. A atitude mais responsável será, de fato, acompanhar de perto esse processo que, cada vez mais, tem se tornado comum a todos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante o exposto, consideramos que redes sociais são um tipo de relação em constante transformação. Seu caráter acessível, dinâmico e veloz medeia o acesso dos indivíduos a estruturas de oportunidades. Sendo assim, redes são possibilidades, são recomeço, são condições. Nessa condição, exigem a paciência histórica. São o fio e o tecido, ao mesmo tempo, da tessitura do social contemporâneo. O conceito de possibilidade tem um forte significado e, pertinentemente, deve ser conjugado ao fenômeno das redes. Essa relação não significa uma relação tranquila e nem está isenta de riscos. Nesse sentido, a tarefa é procurar demarcar a zona de contato de ambas, numa dialética do melhor com o melhor (LÉVY, 1993).

A estrutura normativa da fraternidade em redes se define a partir de um esquema de atividades que conduz os agentes conectados a agirem juntos, a fim de produzir um total de benefícios e atribuir a cada um certo reconhecimento pela parte dos ganhos. A relação criada e conservada depende dos acordos mantidos e renegociados, os quais incidem sobre direitos e obrigações. As redes se encaminham para se tornar uma referência à liberdade como causa e justificação racional de um espaço político criativo e aberto, de tal modo que cada pessoa tenha condições de ordenar autonomamente suas expressões de vida individual e social, mediante uma interação de iguais oportunidades e reconhecimento recíproco da dignidade.

A par da constatação da pluralidade moral e da particularidade de interesses pessoais, crenças religiosas, posturas morais, posições econômicas e categorias sociais, cujo pluralismo caracteriza a sociedade atual de intuições livres, a estrutura das redes parece resgatar a dimensão fraterna política como busca da intermediação. Pode parecer carente de poder institucional, mas é justamente na sua força de fluxo que acontecem os acordos sobre princípios que estabelecem termos equitativos de cooperação. As redes não estão, fundamental e primeiramente, revestidas de papéis morais rigorosos, mas guardam a concepção de justiça e de bem, valores capazes de articular os princípios aplicáveis às estruturas básicas de sociedades diversas, observando a igualdade, respeitando as diferenças e preservando a liberdade de associações, no intuito de antecipar e assegurar condições efetivas de cooperação social em torno de determinados valores. Ensaia-se um tipo de fraternidade, cuja dinâmica é própria da condição do fenômeno comunicativo humano, capaz de corresponder às formas normativas necessárias à organização da convivência internacional.

Constatamos, ainda, que, antes mesmo de ser um princípio político, a fraternidade é um princípio antropológico e, enquanto tal, está direcionada à interioridade do ser de todo homem e de toda mulher de todos os tempos; e, hoje, mais do que nunca, tem trabalhado a articulação contínua entre comportamentos singulares e convivência social. Por isso, a fraternidade carrega em si um dualismo intrínseco e inevitável – tem um caráter universal, mas possui dimensão individual: é fortemente marcada por singularidades, particularidades e subjetividades. A categoria da fraternidade passa, necessariamente, pelo pragmatismo realista e pelas contingências políticas e sociais, o que implica, por sua vez, diversas questões da vida útil e prática humana. As redes, nesse sentido, devem ser entendidas como um mecanismo otimizador de fraternização. São meios e instrumentos refinados de interação social, surgidos como respostas aos problemas das demandas da sociedade contemporânea. Portanto, a fraternidade em redes carrega novas agendas, próprias da cultura atual, tais como: desenvolvimento sustentável, responsabilidade social, alargamento econômico, cooperação social, equilíbrio dos direitos, distribuições de recursos e convivência global.

É indiscutível que o fenômeno das redes mudou a forma de como a ciência passou a ser feita, permitindo aos pesquisadores aumentar a confiabilidade, velocidade, produtividade e eficiência de suas pesquisas, com efeitos diretos na evolução do conhecimento. Nesse sentido, compreender a estrutura epistêmica inerente a esse fenômeno é essencial para captar os novos valores aí construídos, os fluxos de informação, as inovadoras formas de responder aos desafios de racionalidade e conhecimento, as novas estruturas do saber, e as mobilizações que emergem a partir de sua aplicabilidade. E isso passa a ser uma inadiável tarefa. É possível afirmar que as ações da ciência das redes envolvem processos colaborativos fortemente apoiados em produção, apropriação e compartilhamento de conhecimento e saberes especializados, que orientam escolhas ideológicas, dinâmicas de informação, métodos discursivos, táticas sociopolíticas e novas estratégias de fraternização.

Por fim, à guisa de conclusão, consideramos que é possível afirmar que a fraternidade em redes tem um forte potencial e assume, atualmente, uma posição social promissora e uma dimensão política adequada. Existe, sem dúvida, muito a ser aprimorado, esclarecido e aprofundado. Qualquer colaboração, nesse sentido, soará como virtude, em vista desse fenômeno que, por suas possibilidades, tem aumentado a quantidade de interações e fluxos sociais que começam a funcionar para elaborar soluções eficazes frente às novas exigências de dimensões planetárias: tem avançado para além da burocracia, dos muros divisórios, da incapacidade de adaptação, dos fundamentalismos, dos nacionalismos, transportando os limites geográficos, políticos e culturais, em vista de uma sociedade planetária formada por uma grande rede constituída por uma complexa e desafiadora trama de relações.

REFERÊNCIAS

ARENDETT, Hannah. **Homens em tempos sombrios**. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **A condição humana**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. 4. ed. Trad. Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2008.

BAGGIO, Antonio M. A redescoberta da fraternidade na época do “terceiro 1789”. In: BAGGIO, Antonio M. (Org.) **O princípio esquecido: a fraternidade na reflexão atual das ciências políticas**. vol. 1/2. Cidade Nova: São Paulo, 2008.

BARABÁSI, Albert-László. **Linked: How everything is connected to everything else and what it means for business, science, and everyday life**. New York: Plume, 2003.

BERTOLINI, Sonia; BRAVO, Giampiacomo. **Social Capital, a Multidimensional Concept**. 2004. Disponível em: <<http://huss.exeter.ac.uk/politics/research/socialcapital/other/bertolini.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

BOURDIEU, P. **Ökonomisches Kapital, kulturelles Kapital, soziales Kapital**. In: **Soziale Ungleichheiten**. Goettingen: Otto Schartz & Co., 1983.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **A era da informação: economia, sociedade e cultura**. vol. 1. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

COLEMAN, James S. **Social Capital and the Creation of Human Capital**. American Journal of Sociology, n. 94, p. 95-120. Chicago: The University of Chicago Press, 1988.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FORTE, Bruno. **Deus Pai no amor quer todos salvos em Cristo, o Filho amado**. TEOCUMUNICAÇÃO, nº 123, 2003.

GOMES, Wilson. Apontamentos sobre o conceito de esfera pública política. In: MAIA, R.; CASTRO, M. C. S. (Orgs.). **Mídia, esfera pública e identidades coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **A inclusão do outro**: estudos de teoria e política. São Paulo: Loyola, 2002.

LÉVY, Pierre. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

LEWIS, Ted. G. **Network Science**: Theory and Applications. New Jersey: Wiley Publishing, 2009.

MANCINI, Roberto. **Comunicazione como ecumene**: Il significate antropológico e teológico dell'ética comunicativa. Brescia: Queriniana, 1991.

MARLOW, Cameron. Audience, structure and authority in the weblog community. In: **International Communication Association Conference**, New Orleans, 2004. Disponível em: <<http://rockngo.org/wp-content/uploads/mt/archives/ICA2004.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2012.

PEDRO, Rosa M. L. R. A inclusão do outro na sociedade digital – reflexões sobre inclusão e alteridade. In: GOMÉZ, Maria N. G.; LIMA, Clóvis R. M. (Orgs.). **Informação e Democracia**: a reflexão contemporânea de ética e da política. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação e Tecnologia, 2010.

PEZZIMENTI, Roco. Fraternidade: o porquê de um eclipse. In: BAGGIO, Antonio M. (Org.). **O princípio esquecido**: a fraternidade na reflexão atual das ciências políticas. vol. 1/2. Cidade Nova: São Paulo, 2008.

PUTNAM, Robert D. **Bowling Alone**: The collapse and Revival of American community. New York: Simon e Schuster, 2000.

RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

RORTY, Richard. **Contingency, irony and solidarity**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.

SAVAGNONE, Giuseppe. Fraternidade e comunicação, com especial referência à comunicação jornalística. In: BAGGIO, Antonio M. (Org.) **O princípio esquecido**: exigências, recursos e definições da fraternidade política, vol. 2/2. São Paulo: Cidade Nova, 2009.

ULLMANN, Reinhold A. **O solidarismo**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 1993.